



## O PAPEL DO NEGRO NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA VISÃO DE ESTUDIOSOS DOS ANOS 1920 A 1945

*Beatriz Christino*  
(CEDOCH-DL/USP; CAPES)

### **0. Introdução**

Em minha pesquisa de Mestrado, que resultou na dissertação *Português de "gente branca": certas relações entre língua e raça na década de 1920* (Christino 2001), procurei compreender o valor que se dava ao fator 'raça' como condicionante da diversidade lingüística, naquela época.

Para cercar o problema, avalei como a herança lingüística dos negros para o português brasileiro foi percebida em obras publicadas por autores nacionais entre 1920 e 1945, período destacado como o mais relevante da história das discussões acerca da natureza da nossa variante (Pinto: 1981). Considerei, nesse processo, autores que trataram marginalmente dessa questão, fosse discutindo o estatuto do português brasileiro (como Ribeiro 1979[1921], Marques 1933 e Castro 1937), fosse descrevendo variedades dialetais (como Amaral 1920, Marroquim 1934, Moraes 1935 e Teixeira 1938), assim como aqueles interessados em traços que julgaram africanos (Pontes 1921, Mendonça 1935[1933], Raymundo 1933, Senna 1938) em nosso(s) falar(es).

Com o objetivo de tornar mais clara minha exposição, dividi o texto em função dos níveis lingüísticos. Elenco, assim, o que os autores mencionados afirmaram acerca da contribuição lingüística dos negros, sucessivamente na pronúncia, no vocabulário, na morfologia e na sintaxe.

### **1. A pronúncia**

Com freqüência, o negro foi considerado o elemento responsável pelo estabelecimento e pela difusão de traços da pronúncia das classes populares. Se, geralmente, encarecia-se a contribuição indígena para o léxico, a herança africana vista como mais marcante relacionava-se, via de regra, ao domínio da fonética (Marques 1933, Teixeira 1938, Monteiro 1952[1931]).

Amadeu Amaral (1875-1929) sublinhou que, a partir da Abolição da Escravatura, tornou-se menos freqüente a convivência entre negros e brancos no Estado de São Paulo – “um dos fatores da nossa diferenciação dialetal” (cf. Amaral 1920: 12) –, o que colaborava para o processo de extinção do linguajar caipira paulista por ele prenunciado. Para Amadeu Amaral, os negros atuaram na formação da fonética característica do dialeto, sem que se mostrasse particularmente relevante sua participação no acervo do vocabulário regional. Os africanismos lexicais correntes na região, segundo Amaral (1920: 43), pertenciam a todas as partes do país. De acordo com sua informação, em alguns pontos, a pronúncia dos descendentes de africanos se diferenciava da dos caboclos e brancos. A apócope de *l*, como em *má* por *mal* e *só* por *sol*, ‘mais comum entre os negros’, constituía evidência desse fenômeno (Amaral 1920: 28).

Enquanto para Amaral (1920) o negro representava um dos fatores da diferenciação dialetal, para Hildebrando Pontes (1921), correspondia seguramente ao mais importante. Pontes tomou-o como “o creador do nosso dialecto ‘caipira’ ou ‘capiáu’” e arrolou particularidades fonéticas que teriam nascido do “sotaque africano que os demais colonos, perenemente em contacto com o negro, ouviam e, que, paulatinamente foram assimilando, constituindo assim um novo modo de fallar” (cf. Pontes 1921). Em sua visão, a introdução de

vogais em meio a encontros consonantais e a transformação de esdrúxulas em paroxítonas foram provocadas pelos falantes do quimbundo – idioma desprovido de proparoxítonas e de consoantes agrupadas. Acreditando que o quimbundo apresentasse uma tendência a anteceder consoantes, principalmente o *d* e o *g*, por *n*, ele viu nessa característica a causa de formas muito difundidas no dialeto capiau, como *mi'ndá* e *mi'ndeu*, equivalentes de *dá-me* e *deu-me*. De maneira semelhante, a partícula *mu*, indicativa de singular, utilizada diante de palavras quimbundas iniciadas por *b*, estaria por trás de modificações da natureza de *bocado* em *mucado/mucadinho/mucadiquinho*, também em *tommem* e *berimbáo* em *mirimbáo*. Pontes considerou a indistinação que certas línguas africanas apresentam entre a 'linguo-dental *l*' e o 'r brando', uma explicação possível para o rotacismo próprio da linguagem popular brasileira, de que são produtos *carçado* e *lubrina* (neblina).

O gerúndio sem *d* ganhou uma explicação engenhosa em seu texto. Segundo ele, as línguas africanas conheciam um fonema intermediário entre *d* e *r* que acarretou que os negros, ao falar a nossa língua, instaurassem uma confusão entre essas duas consoantes. Em conseqüência, *amando* teria passado a *amanro*, alterado posteriormente em *amano* pela lei do menor esforço. Em defesa de sua análise, Pontes assegurou que os "raríssimos africanos ainda encontrados no Triângulo [Mineiro]" continuavam a trocar o *d* intervocálico por *r*; fazendo uso de 'aleijões' como *boiára* por *boiada* (cf. Pontes 1921). Também de origem negra seriam, de acordo com Pontes, o emprego de *num* por *não*, a substituição da preposição *em* por *ni* e a despalatalização.

O texto de Pontes recebeu uma crítica contundente da parte do português Jorge Guimarães Daupias (1885-1947), que identificava em linguajares populares de além-mar fenômenos que o brasileiro creditara à ação do africano (Daupias 1922). O lusitano voltou à carga ao identificar confirmações para seus argumentos no *Linguajar Carioca em 1922*, de Antenor Nascentes (1886-1972) (Daupias 1924).

Solidônio Leite (1867-1930) minimizava a influência dos índios e negros sobre a nossa variante. Julgava que os dialetos indo-portugueses com que os traficantes de escravos teriam travado intenso contato encerravam a fonte

das divergências entre o português brasileiro e o europeu<sup>1</sup> (Leite 1922). A despeito disso, rotulou os índios e africanos como “elementos perturbadores da língua”, reconhecendo seu papel de instauradores da diversidade lingüística. Os “typos phoneticos peculiares do elemento africano”, a que o autor fez referência, exemplificam essas ‘perturbações’. Eles resultavam de processos como a apócope do *l* e do *m*, a despalatalização, a troca de *o* em *u*, a metátese, a dissolução de grupos consonantais e a mudança de *e* inicial em *em* (Leite 1922: 91-2).

Hildebrando Pontes e Solidônio Leite não configuraram exceção. A despalatalização surgiu, muitas vezes, nas listagens de traços de pronúncia provenientes dos africanos e de seus descendentes (cf. Marques 1933, Melo 1946). Jaques Raymundo (1933) – que acreditava que o negro tivesse influído sobre a feição particular assumida pelo ‘foneticismo’ e pelo ritmo da ‘fala popular’ em nosso país – punha a despalatalizada ao lado da queda do *l* e do *r* finais e do suarabácti. A dissolução dos grupos consonantais, na sua visão, contou ainda com a participação dos indígenas (Raymundo 1941).

Mendonça (1935[1933]) também concebeu a despalatalização e o suarabácti, presentes em nossa linguagem popular, como produtos do falar dos negros. A partir da comparação da linguagem do povo brasileiro com os dialetos crioulos da África, o mesmo podia ser dito, de acordo com o autor, da passagem de *ja z*, a exemplo de *Zézus*, da simplificação de grupos consonânticos como em *nego* por *negro*, das aféreses ‘violentas’, a exemplo de *tá* por *estar*, *ocê* por *você* e *Bastião* por *Sebastião*, da apócope do *l* e do *r*, da redução dos ditongos *ei* e *ou* a *ê* e *ô* e da assimilação do gerúndio em *ano*, *eno*, *ino*, *ono*.

Fundado na lei do menor esforço, Marroquim (1934) negou que a queda do *d* do gerúndio estivesse relacionada à interferência do africano. Para

---

<sup>1</sup> A vinculação entre o português do Brasil e os dialetos de Goa e Ceilão ficava patente, segundo Solidônio Leite, por meio dos traços comuns a eles: a presença de arcaísmos de linguagem, a monotongação de *ei* e de *ou*, a apócope de *r* no infinitivo, a conversão dos proparoxítonos em paroxítonos, o emprego de ‘preposições de quietação com os verbos de movimento’ e a colocação diferenciada dos pronomes oblíquos átonos.

Senna (1938), diversamente, devia-se aos negros esse fenômeno, bem como a supressão do *r* final do infinitivo, em que incorriam inclusive falantes cultos, a supressão do *l* final e a sempre lembrada despalatalização.

Em sua análise do 'sub-dialeto mineiro', Teixeira (1938) garantiu que se deu na pronúncia regional a herança negra mais notável. Retomando o trabalho de Raymundo (1933) e considerando como certas influências que aquele autor apenas postulara, destacou dezenove fenômenos como decorrentes do linguajar dos escravos. Do extenso rol faziam parte: a monotongação de *ei* pretônico, a mudança de *ã*o postônico para *o*, a troca do *l* medial em *r*, a apócope do *r* e do *l*, a despalatalização, a substituição do *v* inicial por *b* e a aférese de *a*, *e*, *es*, *o* ou de sílaba inteira.

Parte dos processos mencionados por Teixeira (1938) reapareceu na obra de Neiva (1940), que preferiu explicá-los como uma combinação da influência do Tupi e dos idiomas da África. Sem priorizar nenhuma das duas correntes, o autor filiou a elas: a redução de *ou* em *o*, a apócope de *r*, *l* e *s*, o rotacismo de *l* e a despalatalização.

O confronto entre os estudos citados permite constatar que, de modo geral, pouco variou o elenco de traços da pronúncia popular associados à influência do negro. Essa homogeneidade não deve, entretanto, ser interpretada como um indício de consenso. Houve autores que se empenharam em ligar particularidades de nossa pronúncia a 'vícios' de províncias portuguesas (Jucá Filho 1937, Leda 1939), e aqueles que optaram por responsabilizar o índio *e/* ou sua língua pelas mudanças (*cf.* Sampaio 1931, Ayrosa 1938). O caso de Neiva (1940), em particular, patenteia a dificuldade em separar os legados do negro e do indígena para o português brasileiro.

## 2. O vocabulário

Comparada às dezenas de topônimos e às centenas de nomes de plantas e animais herdados do tupi, a contribuição lexical africana parecia diminuta para muitos (*cf.*, entre outros, Melo 1946). Ainda que contasse com o reconhecimento de autores de monografias dialetais (como Moraes 1935 e Laytano

1937) e de avaliações da situação lingüística brasileira (como Ribeiro 1979[1921], Marques 1933 e Castro 1937). No 'sub-dialeto' mineiro, Teixeira (1938) computou sessenta e um substantivos, vinte e quatro topônimos e doze adjetivos vindos de línguas da África e 'pelo menos' vinte verbos formados a partir de radicais delas emprestados.

Mendonça (1935[1933]) e Senna (1938), em estudos que se dedicaram especificamente à análise da ação dos negros sobre nossa variante, afirmaram que sua participação em nosso vocabulário permanecia subestimada. Na visão do último, as palavras de origem africana encontravam-se dispersas pela linguagem popular e eram vítimas do desprezo da maioria dos dicionários. O alvo da crítica era, em especial, o dicionário etimológico escrito por Antenor Nascentes. Com efeito, a obra classificou, nas contas de Senna, apenas quarenta e sete termos como provenientes da África (Senna 1938: 75).

Podemos supor que a cifra correspondente à realidade fosse bastante superior ao conjunto agrupado por Nascentes. O vocabulário apenso a Raymundo (1933) e as palavras arroladas por Mendonça (1935[1933]) nos levam a partilhar dessa idéia. Considerada incompleta por seu autor, a primeira listagem reuniu trezentos e nove verbetes, que atestariam o impacto do 'elemento africano' em nosso acervo lexical. A segunda totalizou trezentos e cinqüenta e nove termos e não permaneceu imune às censuras. Para Melo (1946), da recolha impressa por Mendonça, não passariam de duzentas e cinqüenta as palavras vindas diretamente do falar dos escravos. Além disso, de seu ponto de vista, os africanismos de uso geral ultrapassariam por pouco uma centena. Mesmo que se dê razão a Melo, chega-se a uma quantia, no mínimo, duas vezes maior do que a fornecida por Nascentes.

Jacques Raymundo chamava 'mulatizadas' as palavras africanas modificadas em seu processo de integração ao português (Raymundo 1933: 92; 1941: 84). A escolha por tal terminologia deixa entrever um paralelo entre mestiçagem e mudança lingüística. Esse paralelo surgiu de maneira ainda mais clara na obra de Raul Pederneiras (1874-1953) sobre a *Geringonça Carioca* (Pederneiras 1922). Em suas palavras, o calão dos vadios e criminosos típico do Rio de Janeiro nasceu "do vulgo híbrido, da mestiçagem que formou a nacionalidade" (*cf.* Pederneiras 1922: 3). Sendo assim, ele refletiria a aliança entre o voca-

bulário dos brancos ‘politiqueiros e demagogos’ e o dos capoeiristas, negros e mestiços.

Também no Rio Grande do Sul, área que se costumava excluir da influência lingüística do negro, os africanismos lexicais tiveram lugar. Para Castro (1937: 99), “na região das xarqueadas ou saladeros onde negros avultaram”, eles seriam de emprego constante e somariam “bem cerca de duas centenas de palavras”. Dante de Laytano (1908-?), embora tenha feito a ressalva de que, naquele estado, o ‘elemento afro’ deixou somente pálidas marcas na cultura local, informou que os termos oriundos da África respondiam por cinco por cento do vocabulário gaúcho (Laytano 1936: 16 e 28). Contabilizados também os ‘africanismos rio-platenses’, que chegaram ao dialeto como castelhanismos, as palavras e expressões de origem africana atingiriam, segundo ele, vinte por cento do léxico regional. Ainda de acordo com Laytano, nesse particular, os negros teriam influenciado incomparavelmente mais do que os alemães que, presentes há mais de cem anos na região, “não concorreram com meia dúzia de palavras no regionalismo” (cf. Laytano 1936: 9-10; 1937: 4).

Ninguém negava que palavras africanas tivessem entrado no português do Brasil. Punha-se em dúvida, no entanto, que esses empréstimos alcançassem contingente significativo, capaz de servir à causa dos que proclamavam a (progressiva) autonomia lingüística da nossa variante. Leda (1939), por exemplo, qualificou a contribuição das línguas africanas (e também das indígenas) para o nosso léxico como marginal, desautorizando um argumento caro aos partidários da ‘língua brasileira’.

### **3. A morfologia**

Fatores lingüísticos e extralingüísticos impediram, segundo trabalhos considerados, que os africanos imprimissem marcas profundas de seus idiomas na morfologia e na sintaxe portuguesas. Apelou-se para a ‘profunda diferença estrutural’ entre nossa língua e as outras (Mendonça 1935[1933]). A ela, teria vindo somar-se o desprestígio social dos falantes das línguas africanas, que fazia indesejável a adoção de seus hábitos lingüísticos (Monteiro 1952[1931]).

No entanto, embora fosse percebida como limitada, a influência atribuída ao africano sobre a morfologia das variedades populares nada tinha de irrelevante. Mendonça (1935[1933]) anotou dois elementos, que constavam já em Ribeiro (1906[1889]: 219-221). Um deles, o prefixo *ca-* – que teria valor diminutivo – resulta de uma confusão entre léxico e morfologia, que levou autores a considerar simples sílabas de empréstimos como adoções de prefixos ou sufixos. O outro se relaciona aos mecanismos flexionais da língua portuguesa: a marcação de plural restrita ao determinante.

Raymundo (1941: 98) também creditou a ausência do “s” indicativo de plural ao negro, a quem julgava que se devia, ainda, a ‘distinção pleonástica’ de gênero do linguajar ‘da gente humilde’, que empregaria construções do feitiço de *menino-macho* e *menina-fêmea*.

De fato, pensava-se que “os falantes de línguas africanas seriam os principais responsáveis pela redução das flexões”, nominais e verbais (*cf.* Mello 1946: 60). Seu grande legado para a linguagem popular brasileira materializava-se, portanto, nas “viciadas construções gramaticais e inteiramente rebeldes às leis da concordância e da syntaxe” que singularizariam o falar dos incultos (Senna 1938: 178).

Ao lado da ‘drástica’ redução de formas na conjugação verbal e da ausência de marca de plural nos nomes, Teixeira (1938) filiou aos africanos outras características morfológicas do linguajar do povo mineiro: o reforço dos verbos pronominais ou reflexivos pelo prefixo *ri-*, anteposto de *a* e pela reduplicação do pronome (como em *se arrivirô-se* e *se arrimexeu-se*) e o emprego do presente pelo futuro.

Nem sempre a ação do negro sobre a gramática de um dialeto recebeu contornos precisos. Laytano (1936) nos alertou de que, no Rio Grande do Sul, vivendo nas estâncias e charqueadas, os negros permaneceram apartados do convívio direto com os brancos. Por conta disso, mantiveram preservadas sua linguagem e suas tradições. Mas, o relativo isolamento não tornou o linguajar dos brancos imune ao influxo dos descendentes de africanos. Na visão de Laytano (1936: 14), a ‘linguagem de patuá dos negros’ atuou sobre a fala dos brancos que tinham, obrigatoriamente, de utilizá-la para se fazer compreender por seus empregados. Poderoso, o reflexo lingüístico do ‘espí-



rito afro' estendeu-se, no dizer do autor, 'por toda a gramática' do dialeto gaúcho.

A não ser na Amazônia, o índio dificilmente seria admitido como o transformador, com seu 'espírito', de 'toda a gramática' de uma variedade regional. Renato Mendonça (1935[1933]: 110) sublinhou que o indígena, cuja participação em nossa formação racial e nossa sociedade teria declinado até praticamente extinguir-se no século XIX, forçosamente influenciara o nosso falar de maneira mais tímida do que o negro – elemento que vivera o movimento contrário.

#### **4. A sintaxe**

Vista como praticamente restrita à linguagem dos incultos (Raymundo 1933, Melo 1946), a ação dos africanos sobre a sintaxe do português do Brasil não foi revestida de grande importância. Não houve, como no caso da ausência de marcas de concordância para o terreno da morfologia, um traço de relevo, nesse domínio, que tivesse sido atribuído aos negros por vários autores.

Neiva (1940:XXIII) defendeu que a participação das línguas dos escravos na constituição do 'modo de dizer' do brasileiro, inclusive na maneira de construir as frases, não tinha recebido a devida atenção. A interferência das línguas africanas na sintaxe da nossa variante teria ficado marginalizada, em consequência do descaso e do desprezo de boa parte dos eruditos que ignoravam a contribuição dos não-brancos para a nossa cultura.

Na visão de Raymundo (1933), as línguas do sul da África, principalmente o quimbundo e o ioruba, teriam colaborado na formação da sintaxe dos incultos. Ele explicou como interferência desses idiomas: a preferência pela comparação por meio de perífrases (com as formas *igual a*, *bater em e vencer em*), o emprego de *estar* em lugar de *ter* (a exemplo de *ter febre*), a opção, em certos casos, pela posposição do possessivo e do demonstrativo, a adoção da regência *falar com* (justificada como decalque da construção bantu) e a utilização de expressões como *êle é bom e muito*, *ela é alta e muito*, que se assemelhavam a uma 'estrutura afronegra'. Dessa lista, Melo (1946) colocou

em dúvida a maior parte dos fenômenos, demonstrando que se ajustavam a tendências românicas.

Mendonça (1935[1933]) não deu destaque a influências diretas do negro sobre a nossa sintaxe. Mas, lembrou que a próclise dos pronomes oblíquos átonos foi favorecida pela pronúncia dos africanos e seus descendentes. Transformando o pronome em elemento provido de tonicidade, eles teriam modificado o ritmo da frase. Da mudança rítmica, na interpretação de Mendonça, teria decorrido a colocação pronominal que diferenciava o uso brasileiro.

Marques (1933) limitou a ação africana sobre a sintaxe popular ao momento em que os nativos da África viviam entre nós. Para ele, a ‘meia língua do preto’ africano não teria deixado vestígios de vulto na gramática das classes mais baixas. Mesmo na Bahia, tachada pelo autor de ‘emporio de africanismos’, a suspensão da chegada dos negros da Costa da África teria acarretado o desaparecimento de construções como *Este livro é para mim ler*, de acordo com sua avaliação (Marques 1933: 68). De seu ponto de vista, a língua portuguesa conservava-se no Brasil como em nenhuma das outras áreas colonizadas pelo português, “embora com alguns laivos de barbarismo tupi e africano” (cf. Marques 1933: 52). Ao que tudo indica, os ‘laivos de barbarismo africano’ corresponderiam a pálidos reflexos da “influência estropiadora dos nagôs, gêges, haussás e outros povos barbaros da África”, que teria decrescido à medida que diminuía seu contingente na população (cf. Marques 1933: 142).

Para fornecer um retrato sucinto de como foi considerada a influência africana sobre a nossa linguagem em trabalhos publicados entre 1920 e 1945, construí o seguinte quadro-resumo em que reuni os fenômenos citados, agrupando-os por nível lingüístico e registrei o número de autores que fizeram referência a eles.

**Quadro 1:** Quadro-resumo dos traços do PB (ou de suas variedades) atribuídos à influência africana em trabalhos publicados em 1920-1945

Nível lingüístico	Traços do PB (ou de suas variedades)	N.º de Autores
Fonético	Apócope de consoantes	7
	Aféreses	2
	Despalatalização	9
	Emprego de <i>ni</i> por <i>em</i>	1
	Emprego de <i>num</i> por <i>não</i>	1
	Formas como <i>mi'ndá</i>	1
	Metáteses	1
	Monotongação de <i>ei e/ou ou</i>	3
	Mudança de <i>ão</i> postônico para <i>o</i>	1
	Mudança de <i>e</i> inicial para <i>em</i>	1
	Passagem de <i>j</i> a <i>z</i>	1
	Queda do <i>d</i> do gerúndio	3
	Simplificação de grupos consonantais	1
	Suarabácti	4
	Substituição de <i>b</i> por <i>m</i>	1
	Transformação de proparoxítonas em paroxítonas	1
	Troca de <i>l</i> em <i>r</i>	3
	Troca de <i>o</i> em <i>u</i>	1
Troca de <i>v</i> inicial por <i>b</i>	1	
Morfológico	Distinção pleonástica de gênero	1
	Emprego do presente pelo futuro	1
	Prefixo <i>ca</i> de valor diminutivo	1
	Redução das flexões nominais e/ou verbais	5
	Reduplicação do gerúndio com valor iterativo	1
	Reforço dos verbos pronominais ou reflexivos pelo prefixo ( <i>ar</i> ) <i>ri</i> e pelo reforço do pronome	1
Sintático	Emprego de <i>estar</i> por <i>ter</i>	1
	Influência indireta na instauração da próclise do pronome oblíquo	1
	Posposição do determinante	1
	Uso de expressões como <i>ela é alta e muito</i>	1
	Uso de perífrases para indicar comparação	1

Como torna patente o Quadro 1, o nível lingüístico da fonética abrigava a maior parte dos traços do português brasileiro (e de suas variedades) que os autores focalizados compreenderam derivar do contato com os negros e suas línguas. A esse nível pertenciam dezenove dos trinta fenômenos mencionados, ou 63,3% deles. Ao sintático pertenciam cinco (ou 16,7% do total), nenhum deles lembrado por mais de um autor.

Sete fenômenos foram apontados por, pelo menos, três autores: a apócope de consoantes, a despalatalização, a monotongação de *ei* e de *ou*, a queda do *d* do gerúndio, o suarabácti, a troca de *l* em *r* e a redução das flexões nominais *e/ou* verbais.

Por outro lado, vinte fenômenos (ou mais de 66% do total) foram apontados por um único autor. Esse dado sugere a ausência de consenso com relação ao papel conferido aos africanos na formação do português brasileiro, no período que vai de 1920 a 1945. No entanto, ainda que houvesse divergências quanto à atribuição ao africano de particularidades da nossa variante, todos concordavam em um ponto: fosse qual fosse, a influência dos africanos (como a dos indígenas) já se encontrava consolidada, enquanto a dos imigrantes europeus recém-chegados ainda se encontrava em aberto (*cf.* Amaral 1920; Mendonça 1936; Marroquim 1934; e, em especial, Pádua 1942)

## 5. Considerações finais

Os trabalhos sobre o estatuto do português brasileiro e monografias dialetais publicadas entre 1920 e 1945 não deixaram de avaliar o papel dos negros – e de suas línguas – na configuração da(s) nossa(s) variante(s). Alguns autores traçaram paralelos explícitos entre mestiçagem ‘lingüística’ e mestiçagem racial (como Mendonça 1933[1955] e Castro 1937) que revelam sua visão de que a mistura de raças constituía um importante fator desencadeador da mudança nas línguas.

De forma geral, os estudiosos do período 1920-1945 reconheciam que o léxico nacional se tinha enriquecido com a contribuição das línguas africanas. Por outro lado, discordavam quanto às alterações trazidas por negros (e

índios) na conformação da pronúncia, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro. Os interessados na descrição dos falares populares e/ou regionais concederam maior espaço à herança não-branca, que permaneceu praticamente excluída dos tratados voltados para a norma culta e empenhados em ressaltar a unidade lingüística entre Brasil e Portugal. Esses últimos tentavam sublinhar, logicamente, também a unidade cultural que existiria entre nosso país e a ex-metrópole e, ainda que de forma indireta, a unidade étnica entre ambas. Desse modo, ajudavam a construir uma imagem de nação europeizada, que tanto agradava naqueles tempos de crença nas teorias da desigualdade racial (Skidmore 1976, Ventura 1988, Schwarcz 1993, Luca 1999).

### Referências Bibliográficas

- Amaral, Amadeu. 1920. *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa editora O livro.
- Ayrosa, Plínio. 1938. "Subsídios para o estudo da influencia do tupi na fonologia portuguesa". *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, pp. 681-696.
- Castro, Eugênio de. 1937. *Geographia lingüística e cultura brasileira (ensaio)*. Rio de Janeiro: Graphica Sauer.
- Christino, Beatriz. 2001. "*Português de gente branca?*" *certas relações entre língua e raça na década de 1920*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP.
- Daupias, Jorge Guimarães. 1922. *O dialecto capiau*. Rio de Janeiro: Empresa de publicações modernas.
- \_\_\_\_\_. 1924. "Carta ao exmo. Sr. Antenor Nascentes". *Revista de Filologia Portuguesa* 2: 115-128; 3: 247-252, 4: 29-40; 6: 219-231.
- Jucá Filho, Cândido. 1937. *Língua Nacional – As diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil autorizam a existência de um ramo dialetal do português peninsular?* Rio de Janeiro: S. ed.

- Laytano, Dante de. 1936. "Os africanismos do dialecto gaúcho". Porto Alegre: Separata da *Revista do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul* – II Trimestre do ano XVI.
- \_\_\_\_\_. 1937. *Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul - Etimologia dos termos praieiros usados na Costa do Nordeste*. Porto Alegre: Globo.
- Leda, João. 1939. *A chimera da lingua brasileira*. Manaus: S. ed.
- Leite, Solidônio. 1922. *A lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite e Cia.
- Luca, Tania Regina de. 1999. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Marques, Xavier. 1933. *Cultura da lingua nacional – Com uma coletanea de especimens da lingua escrita no Brasil*. Bahia: Escola de aprendizes artifices.
- Marroquim, Mário. 1934. *A lingua do Nordeste (Alagôas e Pernambuco)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Melo, Gladstone Chaves de. 1946. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir.
- Mendonça, Renato. 1935[1933]. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1936. *O português do Brasil – Origens – Evoluções – Tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Monteiro, Clóvis. 1952[1931]. *Português da Europa e Português da América – Aspectos da evolução do nosso idioma*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- Moraes, Luiz Carlos de. 1935. *Vocabulário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo.
- Nascentes, Antenor. 1922. *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- Neiva, Arthur. 1940. *Estudos da Língua Nacional*. São Paulo/Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Cia. Editora Nacional.
- Pederneiras, Raul. 1922. *Geringonça carioca – verbêtes para um dicionario da giria*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do *Jornal do Brasil*.

- Pinto, Edith Pimentel. 1981. *O português do Brasil – textos críticos e teóricos – Fontes para a teoria e a história, vol. 2: 1920/1945*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos.
- Pontes, Hildebrando Araújo. 1921. “Influencia da linguagem africana do negro na formação do ‘dialecto capiáu’”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de agosto.
- Raymundo, Jacques. 1933. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- \_\_\_\_\_. 1936. *O negro brasileiro e outros escritos*. Rio de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_. 1941. *A língua portuguesa no Brasil (Expansão, penetração, unidade e estado atual)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Ribeiro, João. 1906[1888-1889]. *Diccionario grammatical*, 3ª ed. inteiramente refundida e muito augmentada. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. 1979[1921]. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Seleção e coord. de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe.
- Sampaio, Teodoro. 1931. “A lingua portuguesa no Brasil”. *Revista de Philologia e de História – Archivo de Estudos sobre Philologia, Historia, Ethnographia, Folclore e Critica Literaria*, Tomo I, fascículo IV: 465-472.
- Sanches, Edgard. 1940. *Língua brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Cia. Editora Nacional.
- Schwarcz, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1995. “Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil”. *O Brasil na virada do século – o debate dos cientistas sociais*. Org. por Glauca Villas Bôas e Marco Antônio Gonçalves, p. 177-191. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Senna, Nelson de. 1938. *Africanos no Brasil (Estudos sobre os negros africanos e influencias afro-nêgras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro)*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas Queiroz Breyner.



- Skidmore, Thomas E. 1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Teixeira, José Aparecido. 1938. "O falar mineiro". Separata da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura.
- Ventura, Roberto. 1988. *Escritores, escravos e mestiços (Raça e natureza na cultura brasileira)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.